

Rio de Janeiro Afro-atlântica: ler a cidade porosa em perspectiva diaspórica

Afro-Atlantic Rio de Janeiro: reading the porous city from a diasporic perspective

Luca Fazzini

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Ulisboa) | Lisboa | PT
lucafazzini@campus.ul.pt
<https://orcid.org/0000-0002-7210-3856>

Resumo: Com o presente artigo pretende-se investigar as formas de encenar, na literatura brasileira contemporânea em prosa, a cidade do Rio de Janeiro enquanto uma cidade Afro-atlântica, ou seja, uma cidade moldada pelos trânsitos oceânicos característicos da colonização e da escravidão, assim como teatro de conflitos entre alteridades que manifestam a *colonialidade* do poder no contemporâneo urbano. Na primeira parte, através das reflexões de Beatriz Sarlo (2014), Malcolm Miles (2019) e Renato Cordeiro Gomes (1999), propõe-se uma análise panorâmica da densa relação entre cidade e literatura. Em seguida, tentar-se-á pensar, com Walter Benjamin (1987), a porosidade característica da cidade do Rio de Janeiro – como proposto por Bruno de Carvalho (2019) – enquanto típica dos espaços Afro-atlânticos. Por último, a partir das tensões urbanas levantadas, entre outros autores, por Geovani Martins em *O sol na cabeça* (2018) e por Luiz Antonio Simas em *O corpo encantado das ruas* (2019), procurar-se-á debater algumas das dinâmicas culturais e das estratégias do poder na contemporaneidade urbana do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Literatura brasileira contemporânea; escrita e experiência urbana; Atlântico negro; Diáspora.

Abstract: This article aims to investigate the ways in which contemporary Brazilian literature stages the city of Rio de Janeiro as an Afro-Atlantic city: a city shaped by the oceanic transits characteristic of colonisation and slavery, as well as a theatre of conflicts between alterities that manifest the *coloniality* of power in contemporary urban life. In the first part, through the reflections of Beatriz Sarlo, Malcolm Miles and Renato Cordeiro



Gomes, a panoramic analysis of the dense relationship between the city and literature is proposed. Next, an attempt will be made to think, with Walter Benjamin, about the characteristic porosity of the city of Rio de Janeiro – as proposed by Bruno de Carvalho – as typical of Afro-Atlantic spaces. Finally, based on the urban tensions raised, among other authors, by Geovani Martins in *O sol na cabeça* (2018) and by Luiz Antonio Simas in *O corpo encantado das ruas* (2019), this article try to debate some of the cultural dynamics and power strategies in contemporary Rio de Janeiro.

Keywords: Contemporary Brazilian literature; writing and urban experience; Black Atlantic; Diaspora.

A cidade na literatura: reflexões preliminares

Ora vividas ora sonhadas, imaginárias ou reais, as cidades despertaram o interesse de inúmeros escritores e artistas ao redor do globo. Do *flâneur* moderno nas ruas de Paris ou Londres até a Nova Iorque do romance pós-moderno, de Paul Auster e Don de Lillo, passando obviamente pela ficção borgiana da década de 1940 – alguns dos contos reunidos em *Ficções* (1944) e *O Aleph* (1949), por exemplo, considerados por Beatriz Sarlo (2014) como verdadeira teoria sobre a cidade enquanto ideia –, e pelas *Cidades Invisíveis* (1972) de Italo Calvino, entre outras cidades escritas, a urbe é cenário, figura e/ou lugar de inquietações literárias. Para Renato Cordeiro Gomes (1999) tratar-se-ia de um nexo fulcral da modernidade, quando a literatura, nas suas múltiplas formas, passou a interrogar as metamorfoses da vida na cidade:

As relações entre literatura e experiência urbana tornam-se mais contundentes e radicais na modernidade [...] quando a cidade se apresenta como um fenômeno novo dimensionado na metrópole que perde gradativamente o seu métron. A desmedida do espaço afeta as relações com o humano. Os condicionamentos sociais, políticos, econômicos e culturais historicizam esse fenômeno urbano. Assim, sob o signo da mudança identificado ao progresso e atrelado ao novo, alteram-se não só o perfil e a ecologia urbanos, mas também o conjunto de experiências de seus habitantes. Essa cidade da multidão, que tem a rua como traço forte de sua cultura, passa a ser não só cenário, mas a grande personagem de muitas narrativas, ou a presença encorpada em muitos poemas (Gomes, 1999, p.23).

A associação entre cidade e literatura é, de fato, múltipla e pode, portanto, ser investigada por distintos caminhos. Como Renato Cordeiro Gomes, também Malcolm Miles em *Cities and Literature* (2019) coloca justamente a raiz desta associação na experiência moderna. Desdobrando as suas indagações a partir do contexto literário de língua inglesa, o estudioso, no texto mencionado, aponta pelo menos três razões para compreender a centralidade do fenômeno urbano. Em primeiro lugar, obviamente o facto de, a partir do princípio do século

dezanove, as cidades terem se tornado teatro não apenas da gestão da vida pública, como também do desenvolvimento industrial e, posteriormente, tecnológico, abrigando diversos autores e uma enorme parte do público leitor – um público, portanto, frequentemente urbano. Em segundo lugar, Miles sublinha a relevância da geografia citadina no desenvolvimento das narrativas. Tendo em consideração os romances londrinos de Charles Dickens, *Sister Carrie* (1900), de Theodor Dreiser e *Mrs Dalloway* (1925), de Virginia Woolf, o estudioso sublinha o impacto do ambiente urbano (*urban environment*) no comportamento das personagens – um impacto comparável, em certos casos, com aquele desenvolvido pelas características de gênero e de classe social. Por último, embora não menos importante, o fato de as cidades sediarem todas as instituições de legitimação literária, dos jornais às editoras, das bibliotecas às universidades. No entanto, apesar dessa presença obsessiva da cidade na literatura e desta ligação aparentemente inabalável entre literatura e sensibilidade urbana, a partir, pelo menos, do século dezanove, Beatriz Sarlo (2014) alerta para as divergências e incongruências entre a cidade escrita e a cidade real. Escreve a crítica argentina:

Entre a cidade escrita [...] e a cidade real há uma diferença de sistemas materiais de representação, que não pode ser confundida com frases fáceis como «a literatura produz a cidade» etc. Os discursos produzem ideias de cidade, críticas, análises, figurações, hipóteses, instruções de uso, proibições, ordens, ficções de tudo tipo. A cidade escrita é sempre simbolização e deslocamento, imagem, metonímia. [...] Escrever a cidade, desenhar a cidade, pertencem ao ciclo da figuração, da alegoria ou da representação. A cidade real, por sua vez, é construção, decadência, renovação e, sobretudo, demolição... (Sarlo, 2014, p. 139).

Entre renovações e demolições, que obrigam a cidade em círculos de violência excludente, a literatura capta apenas fragmentos, memórias ou inquietações, frequentemente subjetivas, de um todo inefável e em constante movimento. Trata-se, no entanto, de um amparo para compreender as múltiplas formas de inscrever a experiência no espaço, de captar o “circuito dos afetos” – para retomar uma expressão de Vladimir Safatle (2016) – que impulsiona o dia a dia na *urbe*, nas relações entre as subjetividades dispersas da/na multidão, assim como as implicações políticas subjacentes, pois, retomando a dupla semântica da palavra *Polis*, pensar a cidade é também pensar a sociedade e o governo – o bom governo ou, em perspectiva distópica, a fragmentação interna, a guerra civil (*stasis*), a negação da *communitas*.

Olhando apenas para a prosa literária como dispositivo para moldar a cidade escrita, o gênero, ou melhor o subgênero da crônica, que prefere a eficácia representativa à estética, com a sua imediatez torna-se um válido aliado para ler a cidade. Como lembra Antonio Candido, a crônica “em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra dele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeita” (2003, p. 89). Tratar-se-ia de um registro do sensível necessário perante as perdas, os desaparecimentos e as destruições que acompanham os processos de demolição e construção do novo, típicos do urbano.

A literatura brasileira apresenta excelsos exemplos da cidade do Rio de Janeiro lida a partir do olhar do cronista. Uma cidade em constante transformação, espelho tanto das mudanças no interior da sociedade e da política brasileira entre o final do século XIX e o princípio do século XX – em particular, a Abolição da Escravatura (1888), a proclamação da República (1889) assim como a transferência, para o Rio de Janeiro, do Distrito Federal (1890-1960) – tanto

da persistência dos antigos paradigmas coloniais e escravistas nas relações entre diferenças, naquela “arena da multiculturalidade” que é a cidade no geral (Gomes, 2004), e em particular, a cidade do Rio de Janeiro, principal porto do Atlântico Negro.¹ Um olhar panorâmico é suficiente para destacar a centralidade que o Rio de Janeiro tem, não apenas, como é óbvio, no universo literário brasileiro, mas também na produção literária afrodescendente e, em particular nestas páginas, na produção do espaço urbano nas escritas de autoria afrodescendente. É certamente o caso de “cronistas” quais Machado de Assis,² João do Rio e, principalmente, Lima Barreto. Todos autores afrodescendentes, um elemento fulcral para a compreensão das suas escritas urbanas, na medida em que, num espaço “racializado”, ou seja, onde a diferença é lida a partir de sólidas e monolíticas hierarquias excludentes, assentes na construção da diferença racial da modernidade (Quijano, 2005), a aparência somática remete diretamente às possibilidades e aos modos e formas de circulação do autor no espaço – movimento fulcral para todos os cronistas. Lima Barreto, em seus textos, aparece extremamente lucido quanto à divisão social operada pelas hierarquias raciais no espaço urbano carioca pós-abolição:

la eu pelo corredor afora, daqui do Ministério, e um soldado dirigiu-se a mim, inquirindo-me se era contínuo. Ora, sendo a terceira vez, a coisa feriu-me um tanto a vaidade, e foi preciso tomar-me de muito sangue frio para que não desmentisse com azedume. [...] Porque então essa gente continua a me querer contínuo, por quê? Porque... o que é verdade na raça branca, não é extensivo ao resto; eu, mulato ou negro, como queiram, estou condenado a ser sempre tomado por contínuo. Entretanto, não me agasto, minha vida será sempre cheia desse desgosto e ele far-me-á grande (Barreto, 1969, p. 52).

Tendo em consideração a relevância da cidade nas literaturas contemporâneas, bem como a do espaço urbano carioca no universo literário brasileiro, o presente artigo propõe uma reflexão analítica sobre a escrita do Rio de Janeiro enquanto cidade Afro-atlântica. Isto é, sobre as formas de encenar a cidade carioca, a partir das hierarquias violentamente impostas pelos trânsitos marítimos de caráter colonial/escravista e pelas suas persistências contemporâneas, mas também através das experiências diaspóricas (Hall, 2018) inscritas e escritas na cidade. Para tanto, após uma análise de caráter crítico-teórico em torno de duas palavras-chave para a compreensão da cidade do Rio de Janeiro enquanto cidade Afro-atlântica, a saber, *porosidade* – na mecânica das relações sociais, como também na produção de formas e estéticas diaspóricas – e *persistência* (das lógicas coloniais e escravistas na contemporaneidade urbana), o presente artigo propõe um diálogo entre as crônicas de Luiz António Simas publicadas em *O corpo encantado das ruas* (2019), e os contos de *O sol na cabeça* (2018), de Geovani Martins.

Ambas as obras, de um lado assentam sobre (em certos casos dialogam explicitamente com) certos tópicos literários cariocas já amplamente consolidados: a escrita da

¹ Refiro-me ao Atlântico Negro de acordo com a construção conceptual do Paul Gilroy (2012). Para o autor, o movimento oceânico, secular, de corpos, saberes e técnicas desencadeou dinâmicas de disjunção e disseminação imprescindíveis para pensar a construção das culturas em solo americano. Como evidenciam estudos de caráter historiográfico (Alencastro, 2008) ou estatístico-documental – veja-se os dados da plataforma *Slave Voyages*, da Rice University –, a cidade do Rio de Janeiro foi o porto onde desembarcou o maior número de africanas e africanos, durante os séculos de tráfico negreiro.

² Veja-se, em particular o capítulo dedicado às crônicas do autor em *Machado de Assis afrodescendente*, de Eduardo Assis Duarte (2020, pp.31-82).

“cidade em fragmentos” (Resende, 2016), como no mencionado Lima Barreto, e do urbano enquanto palco constante de demolições e reinvenções, mas também a escrita da violência nos “espaços criminalizados” (Campos, 2012), certamente uma prática amplamente explorada na literatura brasileira contemporânea (Schøllhammer, 2013). Por outro lado, lançam também olhares inéditos para pensar o espaço urbano em perspectiva diaspórica, destacando a continuidade entre o projeto urbano colonial e o neoliberal – continuidade explícita nas dinâmicas de cercamento e enclausuramento do espaço público ou na experiência limiar, suspensa entre a vida e a constante possibilidade da morte violenta, de todos os indivíduos que habitam determinados “territórios de exceção” (Fazzini, 2016) –, assim como a coexistência e a apropriação de elementos culturais múltiplos, provenientes de diversas geografias.

Contemporâneo carioca: persistências coloniais e escravistas na cidade porosa

As cidades e, em particular nesse estudo, as cidades espalhadas pelo Atlântico Sul, um universo urbano geograficamente moldado e historicamente atravessado pelas relações de exploração colonial e pelos seus paradigmas excludentes, doam matéria, forma concreta, às tensões e às fraturas nas quais se inscreve a experiência contemporânea. Nelas, o passado, visível na materialidade de suas construções, assim como na persistência impalpável das velhas dinâmicas sociais, convive com a projeção abstrata de futuros possíveis. Essas tensões, aparentemente antagônicas, conjugam-se no cotidiano urbano, dando substância ao momento presente. De fato, o passado habita, ainda hoje, as formas daquelas cidades que estiveram, de qualquer maneira, ligadas às viagens oceânicas europeias e às suas dinâmicas violentas: as arquiteturas, as construções públicas e privadas, assim como, em termos mais amplos, a própria organização espacial, conservam os rastros dos diversos períodos históricos. Nelas, de acordo com Angel Rama, a imposição hierárquica da ordem violenta articula-se à “consciência racionalizadora” (Rama, 2015, p. 21) que os europeus projetaram no espaço e, a partir do próprio espaço, à sua componente humana. De acordo com Angel Rama, tais espaços:

[...] passam a ser regidas por uma razão ordenadora, revelada por sua vez em uma ordem social hierárquica transposta para uma ordem distributiva geométrica. Não é a sociedade, mas sua forma organizada que é transposta; e não à cidade, mas à sua forma distributiva. [...] Não vincula, então, sociedade e cultura, mas suas respectivas formas, que são percebidas como equivalentes, permitindo que leiamos a sociedade ao ler o mapa de uma cidade (Rama, 2015, p. 24).

Olhando para a cidade de Rio de Janeiro, os diferentes processos políticos, mas também culturais, que marcaram o pós-independência – pelo menos desde a Abolição da Escravatura/ Proclamação da República até os grandes eventos internacionais que a cidade hospedou em 2014 (a Copa do Mundo) e 2016 (as Olimpíadas) –, apesar das suas diversas dinâmicas e da distância cronológica, imprimiram outras marcas à urbe, moldando fisicamente a geografia física e humana da antiga capital brasileira. Neste cenário, a cidade apresenta-se como um palimpsesto composto, porém, por camadas porosas, no sentido dado ao adjetivo por Walter Benjamin.

Num ensaio de 1925, o filósofo alemão refere-se à cidade de Nápoles enquanto uma cidade porosa. O adjetivo aparece frequentemente no ensaio, ora para descrever as qualidades físicas da cidade, suas arquiteturas e geografias flutuantes, intermitentes, que se reinventam em cada momento servindo múltiplas situações e circunstâncias, ora para ler os gestos, os hábitos e as relações sociais que se estabelecem entre as pessoas que percorrem as suas ruas e avenidas. Escreve Benjamin:

A arquitetura é porosa como essas rochas. Construção e ação se entrelaçam uma à outra em pátios, arcadas e escadas. Em todos os lugares se preservam espaços capazes de se tornar cenário de novas e inéditas constelações de eventos. Evita-se cunhar o definitivo. Nenhuma situação aparece, como é, destinada para todo e sempre; nenhuma forma declara o seu «desta maneira e não de outra», Aqui é assim que se materializa a arquitetura, essa componente mais concisa da rítmica da sociedade (1987, p. 147-148).

A partir das reflexões de Walter Benjamin sobre a cidade de Nápoles – cidade-porto à beira do Mar Mediterrâneo, historicamente encruzilhada de culturas –, em *Cidade Porosa: dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro* (2019), através de uma série de referências literárias e culturais, Bruno Carvalho oferece uma leitura sugestiva do Rio de Janeiro, “essa metrópole sem um passado de fronteiras étnicas definidas, uma cidade permeada por história de limites frequentemente fluidos” (Carvalho, 2019, p. 40).

De acordo com o autor, que esboça uma análise etimológica do termo, o adjetivo poroso vem do grego *póros* (πορός), “passagem” – mas também “recursos”, “abundância” –, e “faz parte da etimologia dos poros da pele e dos portos de uma cidade” (Carvalho, 2019). Poro é também uma figura da mitologia clássica, grega e romana, filho de Métis, a mais célebre das Oceânides. No *Simpósio*, de Platão, ele representa a astúcia e o artifício, assim como a abundância e a riqueza. Se a porosidade é, portanto, uma atribuição tradicionalmente positiva, é também necessário destacar que as suas passagens, atravessamentos e caminhos em aberto remetem também à absorção, além dos limites rigorosos do tempo, de práticas e dinâmicas violentas. Mais que à exaltação acrítica dos contatos e dos encontros entre diferenças, sejam elas temporais, culturais ou sociais, nessas páginas a porosidade será interrogada, portanto, também a partir da confluência, entre diversos tempos, de práticas violentas e excludentes, que remetem à modernidade colonial. Entre estratos históricos sobrepostos, tanto nas arquiteturas urbanas, tanto nas relações sociais que moldam o cotidiano a partir de lógicas coloniais que persistem na contemporaneidade, Rio de Janeiro poderia, portanto, ser lidas através do paradigma da porosidade.

O capítulo que abre o estudo de Carvalho, “No centro da capital imperial: Pântanos, febre amarela e festas ciganas”, investiga as visões da cidade oferecidas pela literatura do século XIX. Nessas primeiras páginas, destaca-se a leitura que o autor faz do *romance Memórias de um sargento de milícia* (1853), de Manuel Antonio de Almeida, obra discutida também por Antonio Candido no seu célebre ensaio sobre a dialética da malandragem (Candido, 1970). O texto de Manuel Antônio de Almeida reflete, em certa medida, as práticas porosas que atravessam as camadas históricas e sociais do Rio de Janeiro monárquico, evidenciando o repertório vasto e plural das práticas culturais presentes no espaço carioca – aspeto, esse, destacado também por José Ramos Tinhorão no seu estudo sobre a presença da música popular na literatura brasileira (Tinhorão, 2002).

No entanto, apesar da pluralidade das práticas e dos corpos que habitam as páginas de Manuel Antônio, é também possível reparar a (quase) completa ausência de figuras africanas e afrodescendentes no enredo, para além de algumas menções em trechos predominantemente descritivos. Tal invisibilidade torna-se ainda mais eloquente na medida em que a presença de indivíduos nascidos em África aumentou exponencialmente com a chegada, no Rio de Janeiro, da Corte Real, constituindo em meados do século XIX um terço de toda a população carioca, como sublinham historiadores quais Luiz Felipe de Alencastro (2000) e Sidney Chalhoub (1990).

De fato, a geografia urbana que serve de cenário para *Memórias de um sargento de milícia* – a área portuária do Rio de Janeiro, conhecida também como Pequena África, as ruas do centro urbano, da Cidade Velha, até a área então marginal hoje parte da Cidade Nova – tornar-se-á, ao longo do século XIX e até meados do século XX, o berço do Rio de Janeiro africano, juntamente com os morros da cidade e com alguns bairros periféricos da Zona Norte. No estudo mencionado, Bruno Carvalho relata como nos projetos iniciais para a urbanização daquela área que iria a ser chamada, posteriormente, de Cidade Nova, a referência urbana principal fosse a Baixa Pombalina, no centro da cidade de Lisboa:

O projeto de Beaurepaire-Rohan buscava integrar a Cidade Nova à Cidade Velha e ao Cais do Valongo. Uma via paralela à atual avenida Presidente Vargas, acompanhada de um ambicioso canal navegável, proporcionaria um novo eixo estrutural. Todas essas propostas imaginavam o crescimento da cidade para oeste, em direção aos pântanos e colocavam o Campo de Santana numa posição central para a capital. Ambos os planos também compartilhavam a preocupação em determinar um sistema de ruas em forma retilínea para a Cidade Nova. Isso remete à Baixa Pombalina, bairro central de Lisboa reconstruído após o terremoto de 1755 (Carvalho, 2019, p. 52).

Contrariando as expectativas da elite local, que elegera outros cantos da cidade, considerados mais saudáveis, para as suas residências, a área originariamente pensada nos moldes lisboetas passará a ser ocupada por africanos e afrodescendentes, escravizados ou libertos, mantendo portanto a vocação atlântica e tornando-se, pouco a pouco, um espaço fulcral para a preservação da memória afro-brasileira, e para as manifestações culturais tipicamente cariocas, como o carnaval de rua e, obviamente, o samba. Das tantas encruzilhadas atlânticas que moldaram a cidade-porto do Rio de Janeiro, as que ligam o Brasil à África e, em particular, à Angola, impuseram-se sobre o eixo Rio-Lisboa. O samba, que floresceu nessas geografias da violência e da exploração também graças ao trabalho de resistência de figuras quais Tia Ciata, moradora da Praça Onze (Lopes, 2004), afunda as suas raízes nos ritmos bantos, assim como evidenciado pelo historiador Maurício Barros de Castro no seu texto “Do samba ao semba: travessias atlânticas entre Brasil e Angola” (2012), e cantado pela voz sublime de Maria Bethania: “Que noite mais funda calunga/ No porão de um navio negreiro/ Que viagem mais longa candonga/ Ouvindo o batuque das ondas/ Compasso de um coração de pássaro/ No fundo do cativoiro/ É o semba do mundo calunga/ Batendo samba em meu peito/ Kawo Kabiecile Kawo/ Okê arô okê”.³

³ “YáYá Mussemba”. Disponível em: https://www.google.com/search?sxsrf=ALeKko26jwdnzjNeZw_sqLmQNS-z9CRLfqq:1624637793367&q=ya+yamassemba+letra&spell=1&sa=X&ved=2ahUKewjGorol7PxAhUi_rslHW-FUAs4QBSgAegQIARA1&biw=1536&bih=664. Acesso em: 18 dez. 2023.

Vista e considerada a partir dos filtros impostos pelo racismo científico, cuja organização hierárquica das raças pretendia legitimar o abuso e a exploração dos corpos, a multiculturalidade intrínseca à cidade porosa acabou articulando-se em forma de “proliferação subalterna da diferença” (Hall, 2018, p. 66), retomando a expressão de Stuart Hall no seu ensaio “A questão multicultural”. Bruno Carvalho analisa exemplos pertinentes dessa visão hierárquica projetada sobre os corpos, que funcionou como base para a implementação de relações sociais desiguais entre alteridades. Ao comentar o texto *A estética da vida* (1921), de Graça Aranha, Carvalho (2019, p. 205) escreve:

Num tratado de bastante influência após sua publicação em 1921, *A estética da vida*, o autor explora a “alma” brasileira como uma combinação do realismo e melancolia portugueses, a “perpétua infantilidade” dos africanos e a “metafísica do terror” dos indígenas. O que ele chama de “metafísica bárbara”, resultado hereditário dos “elementos psíquicos selvagens das primitivas raças formadoras da nação”, deve ser subjugado para que a alma brasileira obtenha uma “unidade essencial com o cosmos”.

A influência dessas visões hierárquicas para pensar a contribuição das diversas culturas e a construção do patrimônio nacional, que assentam, ainda, nas teorias (pseudo)científicas sobre as raças dos séculos XVIII e XXI, pode ser reconhecida de maneira evidente em diversos textos e autores brasileiros – vejam-se, apenas como exemplos, obras quais *O mulato* (1881) e *O cortiço* (1890), de Aluísio de Azevedo, entre outros romances a estes contemporâneos – e está na base da reificação e subalternização do negro e do indígena nos discursos sobre a nação brasileira⁴.

Nesse sentido, a porosidade intrínseca à metrópole brasileira deve ser lida à luz das violências que, ao longo dos séculos, marcaram a inscrição subalterna do africano, do afrodescendente e da(s) sua(s) cultura(s) no tecido urbano e na construção do imaginário nacional.

⁴ Apenas como exemplos, em *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco, e em particular no capítulo IV, “Atração pelo mundo”, pode-se ler: “nós, brasileiros, o mesmo pode-se dizer dos outros povos americanos, pertencemos à América pelo sedimento novo, flutuante, do nosso espírito, e à Europa, por suas camadas estratificadas. Desde que temos a menor cultura, começa o predomínio destas sobre aquele. A nossa imaginação não pode deixar de ser européia, isto é, de ser humana; [...] As paisagens todas do Novo Mundo, a floresta amazônica ou as pampas argentinas, não valem para mim um trecho da Via Ápia, uma volta da estrada de Salerno e Amalfi, um pedaço do Cais do Sena à sombra do velho Louvre. [...] Talvez a humanidade se renove um dia pelos seus galhos americanos; mas, no século em que vivemos, o espírito humano, que é um só e terrivelmente centralista, está do outro lado do Atlântico; o Novo Mundo para tudo o que é imaginação estética ou histórica é uma verdadeira solidão [...] (Nabuco, 1998, p. 12). Enquanto Nabuco exaltava as paisagens e a “imaginação” europeia, em *História da literatura brasileira*, e particularmente nos capítulos dedicados à descrição etnográfica e das raças que “construíram o povo brasileiro”, Sílvio Romero afirma: “o Brasil não deve contar seriamente com os índios e negros como elementos de uma civilização futura, ainda que estenda até eles os benefícios do ensino primário. As futuras gerações do Brasil, se for aproveitada a colonização alemã, constituirão um povo misto de brasileiros propriamente ditos, portugueses e alemães” (Romero, 1888, p. 67). Ou ainda, sobre os índios e os negros: “Sabe-se que as diferentes raças não passam pelos mesmos estádios de inteligência ao mesmo tempo; hoje, na fase da indústria e da ciência européia, ainda há povos que empregam a pedra lascada, ou um pouco menos. [...] Os índios eram nômades, caçadores; estavam no grau de atraso do homem geológico; dificilmente podiam ter sido agricultores. [...] O negro é adaptável ao meio americano; é suscetível de aprender; não tem as desconfianças do índio; pode viver ao lado do branco, aliar-se a ele. Temos hoje muitos pretos que sabem ler e escrever” (Romero, 1888, p. 83).

Dar-se-ia, portanto, também na confluência, ao longo dos séculos, dos mecanismos de poder que marcaram a história da cidade, e não apenas pela disseminação de práticas culturais “híbridas”, típicas das chamadas, com Mary Louise Pratt (1999), “zonas de contacto” (*Contact zone*).

Se a colonização se preocupou, de fato, em mapear e administrar um território outro, além das fronteiras dos Estados-Nação ocidentais, exercitando soberania através do uso sistemático da violência e do poder da morte dentro de um regime de exceção, na contemporaneidade assiste-se, portanto, à proliferação de inimigos internos. No espaço urbano de cidades-porto do Atlântico Sul, quais o Rio de Janeiro, lugares sistemicamente em transição entre os paradigmas excludentes que sustentaram a modernidade ocidental e as novas conotações impulsionadas pelo desenvolvimento do capitalismo e do mercado global, são reproduzidas dinâmicas de supressão da ordem jurídica típicas, com Frantz Fanon (1968), da cidade colonial. Desse processo resulta um espaço completamente fragmentado pela instauração de verdadeiros territórios de exceção – as favelas e as comunidades periféricas –, dentro dos quais não existem direitos de cidadania, nem de propriedade. Analogamente aos contextos coloniais, tal violência sobre os corpos justifica-se: aí residem os selvagens do mundo contemporâneo, o *unheimlich* do cotidiano, subjugados num constante devir-objeto que faz do semelhante algo fortemente assustador. Um corpo monstruoso, desprovido de humanidade, uma potência destruidora da desordem violenta imposta pelo modelo burguês dominante. No Brasil, como durante a época escravista, tal violência tem como vítima principal o corpo negro, a marca viva, na cidade, do seu legado Afro-atlântico.

Fragmentos da cidade Afro-atlântica: O sol na cabeça (2018), de Geovani Martins e O corpo encantado das ruas (2019), de Luiz Antonio Simas

Ao investigar, no panorama literário brasileiro, a persistência da *colonialidade* na contemporaneidade urbana do Rio de Janeiro, materializada nas dinâmicas “bio-necropolíticas” (Lima, 2018) que regulamentam a violência e a organização do espaço urbano, um primeiro e incontornável exemplo é certamente oferecido pelo romance *Cidade de Deus* (1997), de Paulo Lins. Um romance que, além do enorme sucesso entre os leitores, despertou imensa atenção também por parte da crítica, como demonstram as tantas análises orientadas ora para a discussão do romance enquanto fenômeno editorial, ora para o debate em torno da representação da violência e do testemunho na literatura brasileira (Schøllhammer, 2013, Penna, 2015).

De facto, *Cidade de Deus* representa uma realidade urbana em constante transformação e mudança. No conjunto habitacional Cidade de Deus, teatro de todas as ações do romance, situado próximo a uma das áreas de maior crescimento e valor imobiliário de todo o Brasil, a Barra da Tijuca – área que recebeu durante as primeiras décadas do século XXI, grandíssimos investimentos e que foi palco de violentas remoções forçadas devido à especulação imobiliária pré-Jogos Olímpicos de 2016 – a partir de 1966, apesar da falta das condições habitacionais básicas, se mudaram mais de 3500 famílias. Em seu livro *A invenção da favela* (2005), Lícia do Prado Valladares mostra como a ideia de marginalidade social, de condições insalubres, de propagação de violência e doença – ideias que, de facto, assentam e reproduzem a lógica racista que projeta nos negros e nos espaços habitados por eles a sombra da insalubridade

e do subdesenvolvimento (Bethencourt, 2018) – tem servido de sustentação ideológica para a intervenção pública contra as favelas na cidade do Rio de Janeiro. Os números traduzem a relevância do fenômeno:

Nos anos 1960 e 1970, a percepção dos favelados como fruto de um processo marcado pela marginalidade social era amplamente dominante, e serviu como justificativa ideológica para a operação antifavela empreendida pelo Governador Carlos Lacerda (1962-1965), continuada por Negrão de Lima (1966-1971) e Chagas Freitas (1971-1974). Em um período de 12 anos foram atingidas 80 favelas, demolidos 26.193 barracos e removidas 139.218 pessoas (Valladares, 2005, p. 130).

Como no romance de Paulo Lins, a literatura contemporânea de caráter urbano, ao encenar as dinâmicas sociais no espaço e ao estetizar as múltiplas (sobre)vivências numa realidade atravessada por violências micro e macrofísicas, também evidencia tanto a condição precária⁵ da experiência negra em determinadas geografias cariocas, tanto as constantes transformações do espaço, ligadas ao projeto urbano de desenvolvimento neoliberal e em continuidade com as dinâmicas de exploração do corpo e da cultura do Outro, características da *colonialidade* do poder.

Essas tensões habitam também as prosas reunidas em *O sol na cabeça* (2018), coletânea composta por 13 contos, de Geovani Martins, certamente outro grande sucesso editorial, e *O corpo encantado das ruas*, coletânea publicada em 2019 por Luiz Antonio Simas, obra que retoma uma das mais prolíficas tradições cariocas, a crônica, e que tem justamente Lima Barreto e João do Rio como claras e explícitas referências intertextuais e paratextuais, como é possível individuar já no título, explícita referência à obra *A alma encantadora das ruas* (1908), de João do Rio.

O sol na cabeça investiga e estetiza, portanto, a precarização da vida – isto é, com Judith Butler (2015), a vida desprovida de qualquer amparo –, encenando espaços e tempos limiáres, suspensos entre a vida e a morte. Espaços limiáres, pois, contrariamente à citada obra de Paulo Lins, cujas ações se desenvolvem apenas no interior do mencionado conjunto habitacional, nos treze contos que compõem a coletânea assiste-se a uma proliferação contínua de diversas geografias urbanas, frequentemente atravessadas pelos trânsitos dos narradores e das personagens. É nessas travessias entre algumas das tantas favelas espalhadas pela cidade e os bairros de classe média e alta que a própria a vida dos sujeitos em trânsito torna-se, ela própria, algo de limiar. É o caso, entre outros, de contos como “Espiral” (Martins, 2018, pp. 17-21), cujo *leitmotiv* é justamente a relação conflitual e o medo, obsessivo, perante do corpo do Outro, que acompanha as peregrinações do protagonista, morador de uma das comunidades da Zonal Sul do Rio de Janeiro mas que tem que se deslocar, diariamente, para os bairros mais abastados da cidade, para estudar. Ou ainda, contos quais “O rabisco” (Martins, 2018, pp.51-58) e “Estação Padre Miguel” (Martins, 2018, pp. 71-84): em ambos os casos, embora por razões divergentes, as personagens encontram as próprias existências fortemente ameaça-

⁵ Retomando o debate proposto em outros estudos (Butler, 2019), em *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* (2015), Judith Butler destaca como, a priori, qualquer existência deveria ser considerada na sua precariedade, pois se trataria de uma característica da própria vida, que deveria ser garantida graças ao trabalho de entidades e instituições políticas de vária natureza. Diversamente, aquilo que a filósofa denomina de condição precária “designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte” (Butler, 2015, p. 46).

das pelo confronto com as autoridades locais. Nestes contos, o elemento mais instigante é certamente a maneira através da qual Geovani Martins consegue representar o átimo, o instante, que separa vida e morte, transmitindo ao leitor toda a angústia da fragilidade humana.

Luiz Antonio Simas, por sua vez, na referida coletânea, dedica a sua atenção, principalmente, à morte epistêmica – isto é, às estratégias de aniquilação da cultura e dos saberes do afrodescendente, considerado enquanto o Outro da modernidade – e aos processos urbanos de cercamento do espaço público. Processos, para Achille Mbembe, característicos da contemporaneidade:

o mundo contemporâneo é modelado e condicionado profundamente por estas formas ancestrais da vida cultural, jurídica, política, que são a da clausura, da cerca, do muro, do campo [...]. Por todo o lado, são recuperados processos de diferenciação, de classificação e de hierarquização para fins de exclusão e de erradicação (Mbembe, 2014, p. 51).

Esses processos de diferenciação que resultam na exclusão de grupo inteiros – esse “devir-negro no mundo”, de acordo com Achille Mbembe (2014) – apesar das metamorfoses necessárias no interior de outros sistemas de direito, retomam as dinâmicas da construção da diferença racializada típicas dos contextos coloniais e escravistas, ainda funcionais para a lógica exploratória da acumulação do capital.

Em Simas a destruição e os processos de cercamento operados pelo modelo urbano neoliberal, envolvem principalmente os espaços de socialização e os territórios nos quais se inscrevem práticas comunitárias afrodescendentes, do samba até a macumba. No que diz respeito à religiosidade, às violentas metamorfoses que esta esfera da vida sofreu no Rio de Janeiro, *O corpo encantado das ruas*, de Simas, apresenta perspectivas convergentes com as de Geovani Martins, no conto “O mistério da vila” (Martins, 2018, pp. 91-98), uma narrativa que encena a hegemonia evangélica em detrimento das religiosidades tradicionais nas comunidades cariocas – temática, esta, presente em outras obras contemporânea de ambientação urbana e carioca, como no romance *Fiel* (2014), de Jessé Andarilho e *Macumba* (2016), de Rodrigo Santos.

Sempre sobre a guerra contra às práticas culturais afrodescendentes operada pela lógica neoliberal no espaço, é necessário mencionar, em Luiz Antonio Simas, também a estrita relação entre a escrita e a música, vista como forma para encenar o que Paul Gilroy chamou de “sublime escravo” (2012, p. 351): uma estratégia para reterritorializar o eu (*self*) na diáspora. O samba, neste sentido, é mais que um tema das crônicas de Simas. De facto, molda o ritmo dos textos e, a partir dele, permite que o autor introduza figuras fulcrais da cultura urbana e popular do Rio de Janeiro. Pense-se, entre as muitas, às referências do Simas ao surdo de terceira, invenção de Tião Miquimba, da escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel, que cria aquele ritmo sincopado que, para Paul Gilroy é metáfora da modernidade do Atlântico negro: uma síncope, uma ruptura, portanto, na suposta linearidade histórica da modernidade euro-americana.

O corpo encantado das ruas, assim como *O sol na cabeça*, também se centra completamente no espaço urbano do Rio de Janeiro. Após epígrafes retiradas ora de um samba, ora de um ponto (cantiga) de umbanda, o *incipit* de cada uma das 42 crônicas, ‘AS RUAS’, rigorosamente em maiúsculo, longe de ser mera redundância, empurra o leitor para dentro dos obje-

tivos do próprio autor: salvar fragmentos do cotidiano urbano, com os seus rituais, as suas figuras e formas de sociabilidade peculiares, como modo de resistência perante às pressões homogeneizantes do poder. Dentro desse universo, pelo menos três grandes núcleos temáticos podem ser destacados: um primeiro diz respeito às figuras da cultura carioca e brasileira, num universo que vai desde o já citado Lima Barreto, Mané Garrincha e Pixinguinha, até entidades e divindades do panteão afro-brasileiro, desenhando uma Rio de Janeiro na qual diversas temporalidades coexistem no cotidiano popular.

Um segundo núcleo, que ocupa o corpo central, destaca-se pela presença constante do futebol e do Maracanã. O célebre estádio, que foi objeto de reformas no âmbito da organização dos grandes eventos esportivos internacionais, torna-se símbolo do projeto neoliberal de destruição do espaço público carioca:

A cidade está com medo. Entre o choque da ordem e a ordem do cheque, muitos carros e pouca gente, os males da rua são. A cidade, a rigor, anda sendo pensada como o futebol: disciplinada onde devia ser espontânea, esculhambada onde devia ser organizada, mais gerenciada que vivida, mais pensada como empreendimento e gestão que como paixão. [...] Reencantar a cidade, subverter o território em terreiro, entender a cidade como lugar de encontro, comer pelas beiradas driblando os perrengues, malandreado entre o horror e o gozo, é seguir vivendo e sobrevivendo para fazer o gol na partida que não termina: num lance rápido e certo do contra-ataque que nos resta para salvar as ruas (Simas, 2019, pp.74-75).

Finalmente, um terceiro núcleo de textos é dedicado ao samba e ao carnaval. Para além do seu intrínseco potencial de resistência – para Paul Gilroy (2012), a música desenvolveu um papel vital para o poder expressivo de comunidades escravizadas nas américas, vista a negação da individualidade nos contextos da *plantation* –, é justamente pelo samba que o cenário carioca se abre para as geografias atlânticas que o moldaram. Emblemática, nesse sentido, a crônica “Vem da lua de Luanda” (Simas, 2019, pp. 157-160), com a qual o autor sintetiza as Áfricas por trás dos toques de atabaques. Está-se no território da porosidade, entendida aqui não apenas pela continuidade nas formas de opressão, mas também como espaço de encontro entre tensões aparentemente antagônicas: a ligação entre o sacro e o profano, assim como entre as várias camadas e momentos da diáspora negra, que se reencontraram, no cotidiano do Rio de Janeiro, através do samba.

Para concluir, em ambos os autores se assiste, portanto, à encenação de uma realidade sempre em transformação e em conflito. Um conflito que afunda as suas raízes na experiência colonial e escravista, mas que atualiza as próprias práticas hegemônicas de acordo com as contingências contemporâneas, desde, pelo menos, a Abolição da Escravatura até a contemporaneidade. Se, como nas palavras de Beatriz Sarlo, a cidade é constante renovação e demolição do antigo, num trabalho de aniquilação que no Rio de Janeiro envolve os espaços, a cultura e os saberes afrodescendentes, à literatura cabe resgatar fragmentos do real sacrificados no altar de um progresso pensado sempre a partir da mundividência ocidental e eurocêntrica. Em Geovani Martins, a violência da organização urbana e do desenvolvimento neoliberal passa pela fragilidade e pela precariedade das figuras à margem, e pelos modos de partilhar, com os leitores, toda a angústia desta fragilidade. Em Simas, por sua vez, a crônica – este subgênero literário capaz de captar o miúdo e o banal do dia a dia – torna-se uma estratégia para recuperar uma Rio de Janeiro constantemente ameaçada. Em todos os casos,

assiste-se à encenação de uma cidade completamente moldada pelos processos e pelas dinâmicas de poder que caracterizam os portos do Atlântico, desde a coexistência cultural de três geografias sobrepostas – África, América e Europa – até o uso, estratégico, da violência de matriz colonial e escravista na contemporaneidade urbana.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícia*. São Paulo: Livraria Martins, 1941.
- BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única – Obras escolhidas*. Volume 2. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- CAMPOS, Adrelino. *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 8, São Paulo, p. 67-89, 1970. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi8p67-89>.
- CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: CANDIDO, Antonio. *Para gostar de ler: Crônicas*. São Paulo: Ática, 2003. p. 89–99.
- CARVALHO, Bruno. *Cidade Porosa: dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.
- CASTRO, M. B. de. Do samba ao semba: travessias atlânticas entre Brasil e Angola. In: GONÇALVES, Maria Alice Rezende; RIBEIRO, Ana Paula Alves. (orgs.). *História e cultura africana e afro-brasileira na escola*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2012.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COMES, Renato Cordeiro. A cidade, a literatura e os estudos culturais: do tema ao problema, *Ipotesis*, v. 3, n. 2, p. 19-30, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/article/view/19219>. Data de acesso: 07 ago. 2024.
- COMES, Renato Cordeiro. A cidade como arena da multiculturalidade. *E-Compós*, v.1, p. 1-15, 2004. DOI: <https://doi.org/10.30962/ec.6>.
- DUARTE, Eduardo Assis. *Machado de Assis afrodescendente*. Rio de Janeiro: Malê, 2020.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FAZZINI, Lucas. Territórios de exceção: poder, espaço urbano, literatura. *Revista Rua*, Campinas, v. 24, n. 2, p. 461-486, 2018. DOI: <https://doi.org/10.20396/rua.v24i2.8653877>.

- HALL, Stuart. *Da diáspora*. Belo Horizonte: UFMG, 2018.
- LIMA, F. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. *Arquivos brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 70, n. esp., p. 20-33, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000400003. Data de acesso: 07 ago. 2024.
- LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004
- MARTINS, Geovani. *O sol na cabeça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.
- NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- PENNA, J. C. A experiência da violência. *Metamorfoses – Revista de Estudos Literários Luso-Afro-Brasileiros*, v. 13, n. 1, Rio de Janeiro, p. 111-125, 2015. DOI: <https://doi.org/10.35520/metamorfoses.2015.v13n1a5079>.
- PRATT, Mary Louise. Arts of the Contact Zone. In: BARTHOLOMAE, David; PETROKSKY, Anthony (edit.). *Ways of Reading*. 5th ed. New York: Bedford/St Martin's, p. 33-40, 1999.
- QUIJANO, Anibal. A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber*. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 227–78.
- RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em Fragmentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira – tomo primeiro*. Rio de Janeiro: Garnier, 1888.
- SARLO, Beatriz. *A cidade vista: mercadorias e cultura urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos e o fim do indivíduo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- SCHØLLHAMMER, Karl Erik. *Cena do Crime: violência e realismo no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- SIMAS, Luiz Antônio. *O corpo encantado das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- TINHORÃO, José Ramos. *A música popular no romance brasileiro*. São Paulo: Ed. 34, 2002.